



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

POLO DE APOIO PRESENCIAL DE MARI-PB

RONALDO GONÇALO DA SILVA

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS:

**Uma Análise na Escola Municipal Professora Maria Cabral de Melo no município de
Mari-PB**

JOÃO PESSOA-PB

2013

RONALDO GONÇALO DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS:
Uma Análise na Escola Municipal Professora Maria Cabral de Melo
no município de Mari-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientação: Prof. Mestre Danielle Menezes de Oliveira

JOÃO PESSOA-PB

2013

S586p Silva, Ronaldo Gonçalo da.

A participação da família na educação infantil e séries iniciais: uma análise na Escola Municipal Professora Maria Cabral de Melo no município de Mari-PB / Ronaldo Gonçalo da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.
63f.

Orientador: Danielle Menezes de Oliveira

Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância) – UFPB/CE

1. Participação da família. 2. Escola. 3. Aprendizagem. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.064 (043.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

POLO DE APOIO PRESENCIAL DE MARI-PB

RONALDO GONÇALO DA SILVA

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS:

Uma Análise na Escola Municipal Professora Maria Cabral de Melo

no município de Mari-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof. Mestre Danielle Menezes de Oliveira

A minha família, pelas palavras de incentivo.

A todos que verdadeiramente fazem educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre ao meu lado.

À minha família, pelo incentivo e por sempre acreditarem no meu potencial.

À Professora Danielle Menezes, por suas orientações, estando sempre presente na construção do nosso trabalho de conclusão de curso.

Ao Professor Jorge Hermida, pelos incentivos e compreensão de nossas dificuldades.

À turma de Pedagogia 2009.2 (Polo UAB Mari), pessoas companheiras em todos os momentos.

A todos os que fizeram e fazem parte do Curso de Pedagogia a Distância - Professores, Mediadores, Tutores (presenciais e a distância), Coordenadores do Polo de Apoio Presencial - que contribuíram para nosso crescimento e por estarem sempre dispostos a nos atender.

A conclusão deste curso é a realização de um sonho que tornou-se realidade. Porém, sem o apoio destas pessoas não tínhamos como conseguir.

*A todos, **muito obrigado!***

“... o desenvolvimento da criança é produto de instituições sociais e sistemas educacionais, como família, escola, igreja, que ajudam a construir seu próprio pensamento e descobrir o significado da ação do outro e de sua própria ação.”

Vygotsky

RESUMO

Desenvolver um estudo sobre o participação da família no ambiente escolar das crianças é de fundamental importância nos dias atuais devido à grande relevância que está sendo dada a Educação Infantil. O desenvolvimento deste trabalho monográfico visa compreender a importância da participação da família na aprendizagem das crianças. Esta pesquisa propôs analisar como o desenvolvimento escolar pode ser influenciado pelo ambiente familiar, objetivando uma forma da participação da família no processo de ensino-aprendizagem; conhecer os motivos da ausência das famílias no ambiente escolar; perceber a realidade do aluno e seu desenvolvimento escolar; discutir a importância a participação da família na escola. Para atender aos objetivos propostos, utilizou-se como procedimento metodológico uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva, através da aplicação de questionários e entrevistas para a coleta dos dados com professores e pais de alunos do turno da tarde na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria Cabral de Melo no município de Mari-PB. Os resultados obtidos demonstram que ainda há muito a ser feito para a efetiva participação da família na escola e que esta seja produtiva e apresente resultados satisfatórios para ambas as partes.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Família. Escola. Criança. Aprendizagem.

ABSTRACT

Develop a study on family participation in school environment of children is of paramount importance these days because of the great importance that is being given to kindergarten. The development of this monograph aims to understand the importance of family involvement in children's learning. This research proposes to analyze how school development can be influenced by the family environment, aiming a form of family participation in the teaching-learning; ascertain the reasons for the absence of the families in the school environment; realize the reality of student and school development; discuss the importance of family participation in school. To meet the objectives, used as a research procedure methodological qualitative, descriptive, through questionnaires and interviews to collect data with teachers and parents of students in the afternoon at the Municipal School of Early Childhood Education and Teaching Elementary teacher Maria Cabral de Melo in the city of Mari-PB. The results show that there is still much to be done for effective family participation in school and that is productive and delivers results satisfactory to both parties.

KEYWORDS: Participation. Family. School. Child. Learning.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. CONCEITO DE CRIANÇA E A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	13
2.1 A origem do conceito de criança.....	13
2.2 Educação Infantil no Brasil: retrospectiva histórica.....	14
2.3 Importância da Educação Infantil.....	17
3. A FAMÍLIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	21
3.1 O Contexto familiar.....	21
3.2 A família na nossa sociedade.....	22
3.3 Família, escola e desenvolvimento da aprendizagem.....	23
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	28
4.1 Caracterização da Pesquisa.....	28
4.2 Campo Empírico.....	28
4.3 Sujeitos da Pesquisa.....	28
4.4 Instrumentos para a coleta de dados.....	30
4.5 Procedimentos Metodológicos.....	30
4.6 Análise dos Dados.....	31
5. REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS.....	32
5.1 Resultado das questões objetivas.....	32
5.2 Resultado das questões subjetivas.....	34
5.3 Percepção dos pais quanto a participação na vida escolar dos filhos.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERENCIAS.....	44
APENDICES.....	47

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico trata da importância da participação da família na educação das crianças, principalmente na educação infantil e séries iniciais. Contribuiu para a escolha deste tema as visitas a escola campo de estágio para a realização do Estágio Supervisionado durante o transcorrer do curso de Pedagogia onde encontramos alunos que apresentavam dificuldades de assimilação, onde depois foi descoberto que tais alunos pertenciam a famílias desorganizadas e que talvez esta fosse a razão do insucesso nos estudos de tais alunos.

Diante da realidade percebida claramente no município de Mari-PB, onde o corpo docente das instituições educacionais reclamam da ausência de familiares para acompanharem o desenvolvimento das crianças, teremos este estudo voltado para a importância da participação da família na aprendizagem das crianças. O marco deste estudo é compreender a importância da participação dos pais na aprendizagem escolar de seus filhos, pois, quando isso não acontece o maior prejudicado é sempre a criança.

A participação da família na educação infantil é um dever reconhecido claramente em nossas leis e também está inserido nas Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação, onde as propostas pedagógicas deverão assegurar “a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização” (DCNEI, 2010). Mesmo assim muitas famílias se ausentam e não procuram contribuir para a aprendizagem de seus filhos, deixando toda a responsabilidade para a escola, esperando que ela possa atender todas as necessidades da criança.

Acredito que a atenção da família contribui bastante para a aquisição de um bom desempenho escolar como também pessoal de seus filhos, independente da classe social na qual estejam inseridos. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227, determina:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O papel da escola só se completa quando a família compartilha e contribui para que as nossas crianças tenham um bom rendimento escolar. A influência familiar contribui na aprendizagem escolar e os pais precisam ter consciência disso, pois, logo cedo colocam seus filhos na escola e por vezes acreditam que o papel de educar seja somente da escola. Leite & Tassoni afirmam:

Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas. Assim, pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua (LEITE & TASSONI, 2002, p. 113).

Para a família poder compartilhar com a escola a tarefa da educação de seus filhos é preciso que a escola conheça a realidade estrutural dessas famílias, e ajude-as a tomar conhecimento do seu papel e como elas podem colaborar com desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

Costa (2003); Fonseca (2003); Marques (2002) demonstram em suas pesquisas que a interação entre família e escola apresenta vários benefícios, especialmente quando o Projeto Político Pedagógico da escola oferece espaços para a efetiva participação da família, sempre especificando o papel que caberá a cada um no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.

Szymanski (2010), destaca que: “a ação educativa da escola e da família apresenta nuances distintas quanto aos objetivos, conteúdos, métodos e questões interligadas à afetividade, bem como quanto às interações e contextos diversificados”.

A realização desta pesquisa justifica-se pela importância do tema e como ele é abordado regularmente nos mais variados eventos do campo educacional, principalmente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.

Neste estudo abordam-se como elementos principais a criança, a família e a escola, pois, não se pode realizar este trabalho sem interferência do contexto social e cultural onde estão, onde vivem e como e com quem convivem. Estudos como este se torna de fundamental importância para que os educadores da educação infantil e das séries iniciais possam tomar como

referência. Nosso trabalho contribuirá para uma mudança na comunidade escolar e nos ambientes familiares que participaram de nossa pesquisa.

O estudo tem como **objetivo geral** analisar como o desenvolvimento escolar pode ser influenciado pelo ambiente familiar. Objetivando encontrar uma forma de trazer a família para uma maior participação no processo de ensino-aprendizagem, através dos seguintes **objetivos específicos**: 1) Conhecer os motivos que levam as famílias a se ausentarem do ambiente escolar; 2) Perceber a realidade do aluno e seu desenvolvimento escolar; 3) Discutir a importância da participação da família no ambiente escolar.

Para contribuir com o nosso trabalho, realizamos nossa investigação na Escola Municipal de Educação Infantil Professora Maria Cabral de Melo, escola da rede pública do município de Mari-PB, para observar a participação da família na educação infantil.

A estrutura deste trabalho foi dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo aborda-se a origem do conceito de criança, o que foi por muito tempo despercebido, as crianças não possuíam nenhuma característica que as diferenciasssem dos adultos, eram tratadas com adultos minimizados. Veremos como começaram surgir às primeiras mudanças que se deu por interferência da igreja, passando então a criança a ter um papel principal na família e na sociedade. Em seguida faremos uma retrospectiva histórica sobre a educação infantil no Brasil que passou do “assistencialismo” para o “direito”, garantido em lei após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Ainda trataremos neste capítulo sobre a importância da Educação Infantil, como a escola deve oferecer o atendimento para que a criança possa desenvolver suas habilidades e por último abordaremos a criança como sujeito de direitos, onde após 1988, a educação infantil passa a ser direito da criança e dever do estado.

O segundo capítulo traz uma abordagem sobre a família, sua inclusão na nossa legislação, os diversos tipos de família existentes em nossa sociedade contemporânea e as relações da família com a escola na aprendizagem das crianças. Como aporte teórico neste capítulo, utilizamos os conceitos e contribuições de vários autores, entre eles destaque Ariés (1981), Kaloustian (1988), Carvalho (2000) e a legislação brasileira referente ao tema.

O terceiro capítulo traça o percurso metodológico da pesquisa, onde foi desenvolvida através de uma abordagem qualitativa, através do método descritivo. Tivemos a aplicação de

questionários e entrevistas aos professores e pais de alunos das turmas do turno da tarde na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria Cabral de Melo no município de Mari-PB para analisar a participação ou ausência dos pais no ambiente escolar de seus filhos. Neste capítulo são descritos todos os procedimentos metodológicos que foram empregados na pesquisa, como: caracterização, os sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coletas de dados.

O último capítulo faz referência à descrição e à discussão dos resultados. Por fim, foram realizadas algumas considerações finais abrangendo a realização da pesquisa, destacando fatores importantes, limitações da pesquisa como indicação de novas pesquisas, as referências utilizadas na pesquisa realizada, como também os apêndices e anexos.

2. A ORIGEM DO CONCEITO DE CRIANÇA E O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

2.1 A origem do conceito de criança

Segundo Ariés em seu livro *História Social da Criança e da Família*, o sentimento de amor pelas crianças foi durante séculos despercebido, não existia. A trajetória da criança foi marcada por discriminação, eram sempre marginalizados e explorados. A criança por muito tempo não era vista como um ser que pudesse se desenvolver, que pudesse apresentar suas próprias necessidades e sim como um adulto em miniatura, na sua maneira de vestir-se nas festas e nas danças. Não existia a discriminação entre crianças e adultos, todos os assuntos eram tratados na presença das crianças.

Na idade média, a infância era abstrata, a criança não era conhecida como um ser singular e o índice de mortalidade infantil era considerado muito alto, além disso, não havia distinção de gênero para as crianças, meninos e meninas sempre participavam das mesmas brincadeiras. Aos sete anos de idade as crianças abandonavam os trajes de infância e passavam a vestirem-se como adultos, pois, se acreditava que sua capacidade de assimilação era igual à do adulto. Aos sete anos, abandonavam os trajes da infância e sua educação era entregue aos cuidados dos homens (ARIÈS, 1981, p. 87).

As mudanças sobre o conceito de infância só começaram a ocorrer a partir do século XVII, com a interferência dos poderes públicos e a igreja que passou a não aceitar o infanticídio¹ que antes era tolerado. A criança passa então a ter um papel central na família e na sociedade, há o fortalecimento do afeto entre adultos e crianças, ou seja, entre pais e filhos. A criança começa a ser vista de outra maneira, pois,

a ideia de infância [...] aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a sua inserção e o papel social da criança na comunidade. Se na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa de ser cuidada, escolarizada e

¹ A expressão **infanticídio**, do latim *infanticidium* sempre teve no decorrer da história, o significado de morte de criança, especialmente no recém-nascido. Antigamente referia-se a matança indiscriminada de crianças nos primeiros anos de vida.

preparada para uma função futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade (KRAMER, 2003, P.19).

A concepção de criança como um ser social e cultural abre espaços para que a criança tenha uma formação como um sujeito de direitos, sujeito de sua própria história. A organização de cada sociedade é fator determinante para a valorização da criança. Em nosso país, temos leis que garantem a participação ativa das crianças nas decisões, mas, desde que não perca sua identidade de criança como um ser em fase de descobertas, interagindo com outros.

De acordo com Zilberman (1994), somente com a constituição do modelo familiar burguês, em meio à Idade Moderna, com a emergência da noção de família nuclear, centrada em restrita relação de parentesco com a preocupação de manter a privacidade e estimular a relação afetiva entre seus membros, passo a existir uma consideração especial para com a infância.

Em sua pesquisa Rocha (1995) conclui que nessa multiplicidade de histórias, conhecer as particularidades de cada criança e compreender suas necessidades e reconhecer sua existência concreta é o grande desafio que nós, adultos, temos que enfrentar, promovendo a transformação da vida da infância a partir dos nossos relacionamentos, pois a história está aí para ser construída por todos os envolvidos e por aqueles que acreditam que a criança foi e será sempre agente de mudanças.

2.2 Educação Infantil no Brasil: retrospectiva histórica

A Educação Infantil atualmente é compreendida como a primeira etapa da educação básica e é destinada a atender criança em creches e pré-escolas na faixa etária de zero até aos cinco anos e onze meses de idade, proporcionando-lhes conforto e bem-estar através de atividades que estimulam o seu desenvolvimento. Nestas atividades envolvem-se a família, a escola e toda a comunidade, mas, nem sempre foi assim.

O atendimento as crianças em instituições com este fim ocorreram através das mudanças sociais e econômicas, impulsionadas pela revolução industrial acontecida em todo o continente. As mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho e foram deixando cada vez mais as

suas tarefas domésticas onde criavam seus filhos e também cuidavam dos esposos, pois, só eles trabalhavam. Os operários viam nas creches seus direitos e o melhor para seus filhos, onde estariam em melhores condições, a partir daí teve origem a educação infantil. Antes, todas as instituições que atendiam crianças possuíam um caráter filantrópico, de difícil acesso desde o período colonial e imperialista da história do nosso país.

A partir de 1930, o estado brasileiro passou a buscar incentivos nos órgãos privados para colaborarem na proteção das crianças, onde foram criados diversos órgãos dirigidos para a proteção da infância. Nesta década foram criados o Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Negócios, Previdência Social e Assistência Social e o Ministério da Educação, como também diversos órgãos na iniciativa privada. Ainda neste período o estado passa a se preocupar com a educação física e a higiene de todas as crianças, pois, acreditava-se que era um fator determinante de seu desenvolvimento e tinha como objetivo primeiro combater a mortalidade infantil que à época tinha índices altíssimos. Começa-se então a organizar creches, pré-escolas e os jardins de infância, pensava-se que todos os problemas poderiam ser resolvidos por tais instituições.

Na década de 1940 foi criado o departamento nacional da criança que tinha como objetivo principal a ordenação de atividades que eram dirigidas à infância e adolescentes, era organizado pelo Ministério da Saúde.

Em 1950 o departamento nacional da criança desenvolveu muitos programas, como também várias campanhas onde tinha o objetivo de combater a desnutrição, vacinação e vários outros estudos e também desenvolviam pesquisas de caráter médico, também nesta época foram criados, ampliados e reformados vários hospitais e maternidades em todo o país.

O Departamento Nacional da Criança teve em 1960 um enfraquecimento e que provocou a transferência de algumas de suas responsabilidades para outros órgãos, sempre prevaleceu o caráter médico assistencialista com enfoque na redução da mortalidade infantil. Em 1961, na lei Federal 4042/1961 destacamos dois artigos, onde já aparecem referências às crianças menores de sete anos.

Art. 23 A educação pré-primária destina-se aos menores de sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância.

Art. 24. As empresas que tenham seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou cooperação com os poderes públicos, instituições de educação primária. (BRASIL, Lei 4042, 1961).

Em 1970 foi promulgada a lei nº 5692, de 1971 que mantém a obrigação das empresas, onde referência que a educação infantil deva ser conveniente em escolas maternais, jardins de infâncias e outras instituições equivalentes. Sugere-se também que as empresas que têm mulheres com filhos abaixo de sete anos, ofereçam atendimento educacional a estas crianças e que poderiam ser auxiliadas pelo estado.

Esta lei recebeu inúmeras críticas, por ser superficial, dificuldade de realização de suas ações, pois, não existia especificação de programas para realização e criação de pré-escolas pelas empresas. A educação infantil, como se percebe, surgiu através do caráter assistencialista, as leis não tratavam as crianças como um sujeito de direitos.

A partir da década de 80, começam a acontecer movimentos pelos direitos humanos. A Constituição Federal de 1988 aumentam as leis que protegem os cidadãos e seus direitos, o direito à educação e o apoio à educação infantil. A partir desta Constituição as famílias têm direito a creche e pré escola para seus filhos.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; (BRASIL, Constituição, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990, também assegura este direito em seu Art. 54:

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; [...] (BRASIL, ECA, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 foi a primeira a incluir a educação infantil entre as diretrizes regem a educação, é um direito das crianças e famílias. Ela faz parte da primeira etapa da educação básica. “Art. 21º. A educação escolar compõe -se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior. (BRASIL, LDB, 1996)”.

A Educação Infantil é regulamentada na Lei 9.394/96 em uma seção específica, é reconhecida com um dos níveis de ensino da educação básica nos Art. 29º e 30º.

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, Lei 9394, 1996).

Em 1988, o Ministério da Educação elaborou e distribuiu para todas as escolas do país o Referencial Curricular nacional para a Educação Infantil – RCNEI, para auxiliar os profissionais envolvidos com a educação infantil no trabalho cotidiano, apontando metas e reconhecendo o direito da criança.

Em 1999 foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil – DCNEI, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação, reforçando os princípios fundamentais e o modo de atuação nas instituições de Educação Infantil.

Ainda neste sentido, recentemente no ano de 2006 o Ministério da Educação apresentou o documento Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 5 anos à educação, contendo metas e estratégias para a área.

2.3 A importância da Educação Infantil

A educação Infantil no nosso país vem a mais de uma década expandindo-se e ganhando expressão. Isto dar-se em vista de muitas discussões, integrações e interpretações de novas definições legais sobre a Educação Infantil, falamos aqui da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993. Estas leis estabelecem e garantem a toda criança de 0 a 6 anos de idade o direito a Educação Infantil em creches e pré-escolas. A Constituição de 1988 doutrina a criança como sujeito de direitos, legaliza e define que os pais, a sociedade e o poder público têm que respeitar e garantir os direitos das crianças.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Constituição, 1988).

Torna-se necessário pensarmos seriamente no significado de infância que começa com o nascimento da criança que, por sua vez, deve ser também educada a partir daí, ou seja, a educação deverá começar a partir do momento em que a criança vem ao mundo. Assim deve ser por se tratar da necessidade de formamos o homem antes que este possa se inserir na sociedade como cidadão.

A escola precisa ser mais do que um local agradável, onde se brinca. Deve ser um espaço estimulante, educativo, seguro, afetivo, com professores realmente preparados para que possa acompanhar a criança neste processo intenso e cotidiano cheio de descobertas e de crescimento. Precisa influenciar todo o desenvolvimento da criança.

A relação educação e infância deve ser um processo cultural, na qual a educação, por métodos, didáticas e técnicas eficazes faça com que a criança desenvolva relações intermitentes entre respeito mútuo, justiça, solidariedade, igualdade, assim como liderança e outros fatores predominantes na nossa sociedade.

Durante toda a vida, mas na infância de forma muito especial, o ser humano passa por grandes transformações em termos de atividades, gestos e posturas. É preciso conhecer e entender cada passo desta transformação para podermos compreender as necessidades da criança, estimulá-la e, acima de tudo, contribuir para que se desenvolva harmoniosamente para a vida adulta uma imagem positiva de si mesmo.

Em nosso país antes da Constituição Federal de 1988 as crianças de zero a seis anos de idade eram merecedoras de uma forma de amparo e de assistência e não sob a forma de direitos. A Constituição se tornou um marco com a implementação de novas políticas para as crianças, afirmando entre tantos outros direitos, o direito à educação como dever do Estado e que será efetivamente garantido o atendimento em creches e pré-escolas para as crianças até os seis anos de idade.

As mudanças trazidas pela Constituição de 1988 foram ratificadas pela Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDBEN - Lei nº 9394/96 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA -lei 8069/90.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/1990, foi construída com base na Constituição de 1988 e contempla pela primeira vez na história da legislação educacional brasileira, à educação infantil foi assegurada como direito para as crianças de zero a 6 anos de idade, onde o estado deverá garantir ensino gratuito em creches e pré escolas, Art. 4º, § IV:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I** - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II** - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III** - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV** - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade[...] (BRASIL, Lei 9394, 1996).

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta características e normas legais que se aplicam diretamente a criança até seis anos de idade, onde a família, a comunidade, a sociedade e o poder público são responsáveis pela efetivação dos direitos da criança, como o direito à alimentação, à educação, ao esporte e ao lazer entre tantos outros direitos, como também a garantia da prioridade de atendimentos em todos os serviços públicos. A criança não pode ser alvo de discriminação, exploração, violência e terá seus direitos garantidos na forma da lei.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, ECA - Lei 8069, 1990).

As crianças frequentando as escolas de educação infantil ganham maior estímulo e tornam-se mais preparadas para que ingressar no ensino obrigatório, com uma melhor aprendizagem escolar. A Constituição Federal considera a criança prioridade absoluta, sendo esta um sujeito de direitos e por ser pessoa em desenvolvimento é merecedora de prioridade no atendimento em todas as áreas desde os primeiros anos de sua vida.

3. A FAMÍLIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

3.1 O Contexto familiar

Segundo o dicionário de português Aurélio o conceito de família é: “Conjunto de pessoas do mesmo sangue, como filhos, irmãos, sobrinhos, etc., apresentando características comuns, possuindo um parentesco mais chegado.

A Família é a base de uma sociedade, porém, diante das transformações nos mais diversos meios, hoje temos uma instituição familiar estruturada de forma totalmente diferente do passado. O padrão de família que era formado por pai, mãe e filhos e outros membros, sempre no comando do pai ou da mãe, estão quase inexistentes e em seu lugar surgem novos formatos familiares. Atualmente, existem famílias formadas apenas por pais e filhos, outras formadas por casais oriundos de outros relacionamentos, até famílias composta por homossexuais e famílias apenas composta por avós e netos, São constituídas de forma diferente mas que não deixam de serem famílias.

Segundo Kaloustian (1988), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, são em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

A análise iconográfica realizada por Ariès (1981, P.143), afirma que "o sentimento de família era desconhecido da Idade Média e nasceu nos séculos XV-XVI, para se exprimir com vigor definitivo no século XVII". Para ele,

o sentimento de família é inseparável do sentimento de infância e do sentimento de adolescência, sendo estes sentimentos a expressão particular desse sentimento mais geral, o sentimento de família. Conforme o autor, o sentimento era novo, mas não a família. (ARIÉS, 1981, p.143)

Pode-se dizer que hoje a família é vista como uma instituição onde a criança é formada e socializada. Bataglia apud Nobre (1987) também conceitua a família e diz que ela também pode ser considerada como:

[...] um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida em função de suas necessidades básicas e de um modus peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história e tecendo um conjunto de códigos que lhe dão singularidade. (NOBRE, 1987, p. 118-119).

A família "é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui um canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais". (CARVALHO, 2000, p. 93).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 5º, caput e inciso 1º, declara a igualdade entre o homem e a mulher; no artigo 226, parágrafo 3º e 4º reconhece na família a relação proveniente de uma união estável e da monoparentalidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes; e, ainda no artigo 227, parágrafo 5º, as relações ligadas pela afinidade e pela adoção. O Código Civil Brasileiro em vigor desde 11 de janeiro de 2003, considera qualquer união estável entre pessoas que se gostam e se respeitam, ampliando assim o conceito de família, até então considerado ideal.

3.2 A família na nossa sociedade

O conceito de família na nossa sociedade vem sofrendo diversas mudanças ao longo do tempo devido às várias mudanças que ocorrem na estrutura familiar. Antes, a estrutura da família era estável, composta de pai, mãe e filhos. A partir da modernização social a família já possui uma forma incerta, não existem mais regras para a formação familiar, não existe um modelo tradicional de família. Segundo Falcão (2007, p.07) "(...) a família foi perdendo seus principais atributos, de tal forma e com tanta rapidez que se chegou a proclamar o seu fim".

A formação de novos casais, tais como: homossexuais, recasados, sem filhos, com filhos, promovem novas formas de construir a família. Diante disso, o exercício do ser pai ou do ser mãe necessita-se que se olhe sob uma nova visão para a família contemporânea.

A constituição familiar não necessita do matrimônio, todas as formações familiares possuem direitos e deveres como antes não tinha.

Entre os fatores que alteraram o cotidiano das famílias e influenciaram na sua organização e, conseqüentemente a visão que se tem dela, [...]estão a presença da televisão, o acesso à escolaridade (especialmente no caso da mulher), o surgimento dos movimentos feministas, a mudança dos papéis sexuais, a modernização do discurso da igreja católica, [...]. (TRANCREDI e REALI, 1999, p.2).

Atualmente a mulher desempenha papéis que antes eram tidos como masculinos. Elas trabalham na construção civil, trabalham como motoristas entre tantos outros cargos, o que demonstra que a mulher alcançou uma igualdade de direitos com o homem. Existe muitas famílias em que as mulheres desempenham um papel central, sendo responsáveis pelo sustento da família. As mesmas são responsáveis pelo sustento familiar e educação dos filhos.

O poder do pai como chefe supremo da família foi desfeito, muitos que eram distantes começaram a aproximar-se de seus filhos, através do afeto e do diálogo. Alguns homens não aceitam a separação e abandonam os filhos negando-lhes até mesmo o sobrenome.

Diante de tantas mudanças da sociedade, a criança que era tida como adulto em miniatura também passa a ser tratada como um ser possuidor de identidade própria, necessitando de cuidados e atenção, ocupando seu lugar na família. Segundo Aries (1981, p. 56) “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade que distingue essencialmente na criança do adulto mesmo jovem”.

As diversas transformações da nossa sociedade interferindo na estrutura familiar apresenta uma forte consequência no processo de aprendizagem das crianças que são as maiores prejudicadas, pois, a família possui um papel indispensável na vida dos filhos. É na família que a criança desenvolve suas primeiras habilidades. A família é o primeiro lugar de formação de valores, ideias e comportamentos.

3.3 Família, Escola e desenvolvimento da Aprendizagem

Sabe-se que a família possui um papel importantíssimo na vida de seus filhos. É no seio familiar que a criança começa a desenvolver-se. Na atualidade torna-se cada vez mais indispensável a participação da família no ambiente escolar, principalmente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Porém, trabalhar com famílias no dias de hoje, onde existe uma diversidade de formações exige-se muitos cuidados.

Na família a criança aprende os primeiros ensinamentos por meio da educação doméstica, os filhos aprendem com os pais a respeitar e conviver com regras que vão sempre sendo reformuladas na nossa sociedade. A escola serve para aperfeiçoar esses valores, não para assumir o papel da família. Tiba, (1996, p. 111), diz:

A família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam.

Sabemos que quanto melhor for a parceria entre a família e a escola, maiores serão os resultados alcançados. A participação dos pais deve ser constante e que família e escola formem parcerias e compartilhem experiências.

Uma boa parceria entre família e escola favorece o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Como diz Piaget:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50)

A iniciativa desta relação deve partir da escola, pois, nem todos os pais têm conhecimentos sobre desenvolvimento e aprendizagem, muitos deixaram de estudar para trabalhar e garantir o sustento da família, daí vem a dificuldade da participação efetiva na vida escolar de seus filhos. A escola deve propiciar situações onde estes pais sintam-se participantes ativos na relação família/escola.

Quando a criança vive em um ambiente familiar harmonioso, onde os pais a compreende, desenvolverá atitudes positivas em relação a todos que encontram-se ao seu redor, mas, se isto não acontece, ela tornar-se-á uma criança insegura, o que afetará a sua convivência social.

Atualmente, torna-se necessário uma maior participação da família no ambiente escolar para o acompanhamento educacional de seus filhos principalmente após a criação de documentos importantíssimos nos anos 90, onde fica bem claro a importância da participação família na escola. O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), traz o seguinte texto em seus artigos 4º e 5º:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referen-

tes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único - A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, ECA- Lei 8.069, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) também aborda a participação da família, principalmente em seus artigos 1º, 2º 6º e 12º. Vejamos:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.

Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (BRASIL, LDB, 1996).

Através destas leis fica bastante claro o dever da família com o processo de aprendizagem e participação efetiva no ambiente escolar.

Em 2007 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei 10172/2007), onde uma de suas diretrizes são a implantação dos conselhos escolares e outras formas de participação da família na comunidade escolar.

A Constituição Federal de 1988 aborda a questão da família em seus artigos 5º, 7º, 201, 208, e 226 a 230. E também traz algumas inovações em seu artigo 226 como um novo conceito de família: união estável entre o homem e a mulher e a comunidade que seja formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

E não podemos deixar de registrar a recente iniciativa do MEC que instituiu a data de 24 de abril com o Dia Nacional da Família na Escola, onde neste dia, todas as escolas deveriam convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas.

A escola necessita da cooperação com a família, os professores deverão conhecer as dinâmicas internas e o universo sociocultural dos seus alunos, para que possam respeitá-los, compreendê-los e terem condições de intervirem no desenvolvimento. Precisam também da relação de parceria para compartilharem com a família os aspectos de conduta do filhos.

Segundo Marchesi (2004), a educação não é uma tarefa que a escola possa realizar sozinha sem a cooperação de outras instituições e, a nosso ver, a família é a instituição que mais se aproxima da escola. Assim, levando em consideração que Família e Escola buscam atingir os mesmos objetivos, elas devem comungar os mesmos ideais para poderem superarem as dificuldades e os conflitos que surgirem no dia a dia aos profissionais das instituições escolares, aos próprios alunos e suas famílias.

De uma forma geral, sobre a relação família e educação, Nérici (1979) afirma:

A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem mistificações, sem deformações, em sentido de aceitação social. Assim, a ação educativa deve incidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade (...) A influência da Família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la. (...) A educação para ser autêntica, tem de descer à individualização, à apreensão da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores, de suas fortalezas e aspirações. (...) O processo educativo deve conduzir à responsabilidade, liberdade, crítica e participação. Educar, não como sinônimo de instruir, mas de formar, de ter consciência de seus próprios atos. De modo geral, instruir é dizer o que uma coisa é, e educar é dar o sentido moral e social do uso desta coisa". (p.12).

Quando os pais se envolvem nas escolas de seus filhos sempre produzirá efeitos positivos tanto neles como nos professores, nas escolas e nas comunidades locais. Os pais que colaboram habitualmente com a escola ficam mais motivados.

Sobre o envolvimento da família com a escola para o desenvolvimento da aprendizagem, Bronfrenbrenner (1999) enfatiza que os três principais sistemas que afetam a criança em seu desenvolvimento são: a família, a escola e o ambiente externo a estes dois contextos.

A escola deve sempre estar presente no processo educacional de todos, mas, torna-se indispensável a presença da família no ensino-aprendizagem. Este convívio deve ser harmonioso, pois, segundo Reis, 2007,

Os pais são os responsáveis legais e morais pela educação dos filhos. Como a educação escolar não os isenta dessa competência, ou seja, da participação na família, é indispensável que os pais continuem exercendo o papel de principais educadores dos filhos. A família é a primeira entidade com a qual a pessoa convive e seus membros são exemplos para a vida. (REIS, 2007, P. 6).

Os pais devem participar desde cedo da educação de seus filhos, seja em casa ou na escola, participando de todas as tomadas de decisões no ambiente escolar, dependendo de que esteja disponível. A escola deve manter um relacionamento com os pais de acordo com a realidade de todos, tornando o espaço harmonioso e garantindo o desenvolvimento da relação família-escola. Esta relação dependerá da percepção que cada instituição tem de si e da outra.

4. PERCURSO METODOLOGICO

4.1 Caracterização da Pesquisa

Para tentar compreender o problema da pesquisa, onde as famílias se ausentam da escola de seus filhos, iremos realizar uma investigação da realidade através de uma pesquisa de natureza qualitativa tendo em vista a necessidade que temos de coletar informações. Segundo os estudos de Moraes (2002, p. 191),

a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão.

Podemos perceber que nas pesquisas de natureza qualitativas os dados que são levantados não podem ser considerados isolados, eles necessitam de uma reflexão para que possamos compreender o que será estudado.

Nosso estudo trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, que busca se aproximar dos fenômenos e fatos para desenvolver, esclarecer e modificar as ideias estudadas e construir hipóteses (GIL, 2006)

4.2 Campo Empírico

O campo empírico de nossa pesquisa foi a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria Cabral de Melo, situada à rua Tereza Sales de Pontes, nº 120 - Bairro José Américo – Mari, PB, fundada no ano de 2000 pela então prefeita Vera Lúcia da Silva Pontes. À época, a escola funcionava apenas com duas salas de aula multiseriadas. A escola recebeu este nome em homenagem à Maria Cabral de Melo, professora aposentada que prestou relevantes serviços ao município

No ano 2002 foram construídas mais duas salas de aula e passou a atender crianças do pré escolar até o 5º ano do ensino fundamental. Atualmente a escola conta com 04 salas de aula, secretaria, diretoria, cantina, sala de informática, banheiros masculino e feminino, banheiro para professores e um amplo pátio para recreação.

No período matutino a escola atende uma sala do 2º ano, uma do 4º e uma do 5º ano. No período vespertino temos duas salas do pré escolar, uma do 1º e uma do 3º ano totalizando 122 alunos.

A instituição é mantida pela Prefeitura Municipal de Mari, PB, com corpo docente composto por profissionais concursados na área, pertencentes ao quadro efetivo da secretaria de educação municipal, sendo nove professoras, na maioria possuem formação superior em pedagogia e sete funcionários de apoio para o atendimento as 122 crianças matriculadas que são oriundas do bairro onde a escola fica localizada com também dos bairros adjacentes. A instituição conta ainda com materiais didático-pedagógicos para o atendimento às necessidades do corpo docente o que facilita uma maior aprendizagem para as crianças.

Com relação à infraestrutura da escola, a mesma apresenta um amplo pátio mas, não está preparado para as recreações. As salas são pequenas, não oferecendo condições para se trabalhar com a educação infantil, o ambiente da sala de aula não estimula a aprendizagem.

A merenda da escola é de boa qualidade, o cardápio é elaborado pela própria escola e supervisionado pelo nutricionista da secretaria de educação. A maioria dos itens são adquiridos através de programas da agricultura familiar.

4.3 Sujeitos da Pesquisa

Participaram de nossa pesquisa as 04(quatro) professoras das turmas do turno da tarde desta escola, onde, todas as participantes possuem curso superior ou estão em fase de conclusão e fazem parte do quadro efetivo do magistério do município de Mari-PB. Também participaram respondendo ao questionário todos os pais de alunos deste turno.

Antes da aplicação dos questionários explicamos a gestora da escola que se tratava de um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da UFPB Virtual e que para a nossa pesquisa precisávamos de sua autorização, através da assinatura do termo de autorização institucional (Apêndice C), o qual foi prontamente concedido.

4.4 Instrumentos para a coleta de dados

A metodologia de nossa pesquisa é de natureza qualitativa, através da aplicação de questionários e de entrevistas semiestruturadas, com perguntas relacionadas com o objetivo da nossa pesquisa que serão logo após analisados seus conteúdos com a finalidade de descobrirmos os motivos e consequências que esta ausência vem causando aos alunos. Gil (2002, p. 114) afirma: “questionário é um conjunto de questões que são respondidas pelo sujeito pesquisado”.

Antes da aplicação dos questionários foram realizadas leituras com autores que tratam sobre o tema em questão. O questionário foi importante para que pudéssemos obter os dados durante nossa pesquisa, ele nos forneceu informações importantes, elaborado com questões analisadas pela nossa professora orientadora e foi aplicado a educadores e pais de alunos, onde através destes, tivemos condições para esclarecermos alguns motivos dos pais ausentarem-se da escola onde seus filhos estudam. Nosso questionário possui questões onde podemos refletir sobre a temática de nossa pesquisa.

4.5 Procedimentos Metodológicos

Todos os procedimentos para a realização de nossa pesquisa monográfica foram antecipadamente organizados, todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice D), onde aceitaram em participar e assim damos prosseguimento à coleta dos dados através do questionário contendo questões relacionadas ao perfil dos entrevistados e questões referentes ao tema de nossa pesquisa.

A aplicação do questionário ocorreu durante o mês de junho do corrente ano na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria Cabral de Melo e na residência dos pais que moram próximo a escola e nos demais foram enviados através do aluno para que o pai respondesse e foi recolhido no dia seguinte.

Na maioria da aplicação dos questionários utilizamos o método direto, onde aplica-se através de um contato pessoal. Richardson (2011 p. 196), afirma: “no contato direto, o pesquisador pode explicar e discutir os objetivos da pesquisa e do questionário, responder dúvidas que os entrevistados tenham em certas perguntas”.

Após a coleta e revisão dos dados colhidos no desenvolvimento da nossa pesquisa iremos fazer a análise para a elaboração do relatório final para publicação dos resultados.

4.6 Analise dos Dados

A análise dos dados obtidos através das observações e questionários, foi realizada por meio da estatística simples, e pautada no método da análise de conteúdo de Bardim (2009). Na análise mantemos o sigilo e a identidade de todos que responderam aos nossos questionamentos.

Depois da leitura minuciosa das respostas obtidas nos questionários organizamos a coleta em grupos e categorias para uma melhor discussão dos resultados obtidos.

5. REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS.

O presente capítulo aborda os resultados e a análise dos dados obtidos na pesquisa realizada com as professoras e pais de alunos do turno da tarde da Escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria Cabral de Melo no município de Mari-PB. Participaram deste trabalho 04 (quatro) professoras e 53 (cinquenta e três) pais de alunos.

Como na maioria das escolas de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, na escola pesquisada prevalece o gênero feminino. Historicamente isto acontece em todos

os recantos de nosso imenso país, as mulheres são maioria na tarefa de educar, principalmente na educação infantil.

A seguir, apresentaremos os resultados obtidos com as professoras que responderam nosso instrumento de coleta de dados e para que seja garantido o anonimato das participantes, preferimos chamar as professoras de P1, P2, P3 e P4.

5.1 Resultado das questões objetivas

O quadro a seguir retrata a faixa etária das professoras que participaram da pesquisa, respondendo ao nosso questionário.

QUADRO 1: IDADE DAS DOCENTES PESQUISADAS

IDADE DAS DOCENTES PESQUISADAS	
18 a 25 anos	0
26 a 35 anos	02
Acima de 35 anos	02
TOTAL	04

No quadro acima percebemos que a escola possui em seu quadro professoras jovens, onde a metade delas estão com idade entre 26 e 35 anos. A escola com um quadro efetivo de professores nesta faixa etária garante que estes profissionais irão continuar por um bom período na escola. São professoras concursadas pertencentes ao quadro do magistério municipal. Na observação dos aspectos humanos percebemos que o corpo docente da escola apresenta ótimos níveis de formação. No quadro abaixo apresentaremos o nível de escolaridade das professores do turno da tarde, participantes da nossa pesquisa.

QUADRO 2: NÍVEL DE ESCOLARIDADE

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	
Magistério – Normal	0
Pedagógico	
Superior Pedagogia	3
Superior Letras	1
TOTAL	4

As quatro educadoras possuem formação de nível superior com predominância em Pedagogia. O curso de graduação em Pedagogia oferece uma formação integrada para exercermos a docência nas séries iniciais no Ensino Fundamental, na Educação Infantil e nas disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores.

No próximo quadro, iremos mostrar o tempo de atuação em sala de aula das professoras que participaram de nossa pesquisa, incluindo atuação em escola pública e escola privada.

QUADRO 3: TEMPO DE ATUAÇÃO EM SALA DE AULA

TEMPO DE ATUAÇÃO EM SALA DE AULA	
Menos de 5 anos	0
De 6 a 10 anos	1
De 11 a 15 anos	3
TOTAL	4

Percebe-se que as professoras já possuem um certo tempo de atuação em sala de aula. Uma delas tem apenas seis anos de atuação e todas as outras possuem menos de quinze anos. Afirmaram também que são professoras por vocação e gostam do que fazem. São pessoas capacitadas e que já possuem experiência.

5.2 Resultado das questões subjetivas

A técnica padronizada de coleta de dados foi de fundamental importância para interpretação do estudo pesquisado. A partir dos dados obtidos com os questionamentos realizadas com as quatro professoras da referida escola, pode-se delinear com mais exatidão as informações que foram coletadas para a análise seguinte. O questionário foi elaborado com as questões seguindo o mesmo roteiro estrutural com o resultado abaixo especificado.

Inicialmente, no primeiro quadro mostraremos a percepção das professoras sobre a participação da família no favorecimento da aprendizagem das crianças.

QUADRO 1: Você acredita que a atuação dos pais na educação escolar de seus filhos favorece a aprendizagem? Por que?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Sim. Porque os pais são os primeiros educadores dos filhos e a presença deles na educação escolar das crianças é primordial, haja vista que eles continuarão educando-os até o fim da vida.
P2	Sim. Porque influencia na auto estima das crianças, proporcionando-lhes um melhor aprendizado.
P3	Sim. A escola não trabalha sozinha, precisa do apoio dos pais na aprendizagem dos filhos.
P4	Sim. Porque auxilia no desenvolvimento do aprendizado do aluno.

De acordo com as falas de nossas professoras percebe-se que todas acreditam ser de fundamental importância a atuação da família para o desenvolvimento da aprendizagem. Portanto, a tarefa dos pais na educação dos seus filhos deve contemplar o caráter pedagógico afim de que possam discutir, orientar e subsidiar no desenvolvimento e na formação dos mesmos.

Aos pais cabe também a iniciativa de se posicionar dentro do contexto escolar para participarem de forma mais efetiva e consciente do processo educacional, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

No quadro seguinte veremos a percepção das professoras em relação aos alunos que possuem pais que frequentam regularmente a escola em relação aqueles que os pais não comparecem.

QUADRO 2: Os alunos que têm pais atuantes, percebe-se diferença no processo de aprendizagem em relação aos demais? Se sim, quais as diferenças?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Sim. Eles tornam-se mais participativos e comportados.
P2	Sim. Eles são mais participativos nas aulas e respondem as tarefas propostas para casa.
P3	Sim. Os alunos com pais atuantes são mais participativos, assimilam melhor o conteúdo, têm melhor rendimento e são mais desenvolvidos.
P4	Sim. São alunos mais participativos.

As professoras retratam que os alunos cujos pais são atuantes tornam-se mais participativos nas aulas, assimilam melhor os conteúdos abordados e apresentam um melhor comportamento.

Vieira (2012); Rocha (2002); Macedo(2002), nos mostram em seus estudos a importância da presença da família na escola. As crianças que pais participam têm um desenvolvimento melhor do que aqueles no qual os pais pouco frequentam. A troca de experiência entre família e escola favorece ainda mais o desenvolvimento da criança. Segundo Tiba (2007, p, 56), “é na família que a criança adquire seus primeiros ensinamentos e é fundamental, pois é ela quem vai ensinar as regras de convivência em sociedade e seus valores”.

No próximo quadro veremos quais são os assuntos mais tratados pelas educadoras quando convocam os pais para participarem de reuniões. Essas reuniões convocadas pelas educadoras são para tratar de assuntos referente as turmas que elas lecionam.

QUADRO 3: Você procura convocar os pais de seus alunos para conversar sobre os filhos? Quais assuntos são tratados?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Sim. Os assuntos são: comportamento e aprendizagem dos alunos.
P2	Sim, quando eles estão muito inquietos ou apáticos demais e também para informar algum assunto da escola.
P3	Sim. Trabalho com educação infantil e os pais estão sempre presentes.
P4	Sim. Mudança de comportamento e também quando há necessidade de conversarmos assuntos relacionados com a escola.

Percebe-se que as professoras só convocam os pais dos alunos quando eles apresentam uma mudança no comportamento ou para dar-lhes alguns avisos sobre a escola. A professora P3 afirmou que os pais sempre estão presentes, mas, não explica se eles participam do desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos.

Devemos convocar os pais de alunos para conversarmos e mostrar-lhes onde seus filhos evoluíram, onde precisarão melhorar, como também para ouvi-los e mostrar-lhes que a escola e a família juntas são capazes de promoverem uma educação de melhor qualidade.

A escola pesquisada ainda não possui um Projeto Político Pedagógico, deve portanto, aproveitar as reuniões que já estão sendo realizadas com os pais para urgentemente começar sua elaboração, sempre pautando a importância da participação da família no contexto escolar, incluindo todos os anseios da comunidade escolar e deverá contar com a participação de todos para sua construção.

A seguir, mostraremos com que frequência os pais comparecem a escola. Nota-se que este comparecimento é apenas para acompanhar os filhos até a porta.

QUADRO 4: Com que frequência você recebe pais na escola?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Diariamente, pois, trabalho com Educação Infantil e os pais trazem os filhos para a escola e nós sempre conversamos a respeito do comportamento e aprendizagem das crianças.
P2	Diariamente.
P3	Todos os dias.
P4	Diariamente.

As professoras foram unânimes em afirmar que recebem pais todos os dias na escola, mas, a maioria dos pais apenas vão à escola levar seus filhos e não se preocupam em saber como está a aprendizagem.

No quadro seguinte veremos a concepção das docentes sobre a realização do processo de ensino-aprendizagem apenas pela instituição escolar. Elas apresentam suas opiniões e sugestões para que a criança pode desenvolver melhor sua aprendizagem.

QUADRO 5: Você acredita que a escola pode realizar sozinha o processo de ensino-aprendizagem? Porque?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Não, pois para que haja sucesso na aprendizagem dos alunos é necessário que haja a integração de todos da escola e da família das crianças.
P2	Não. Porque ninguém realiza um bom trabalho sozinho, torna-se necessário apoio e participação de todos os envolvidos na comunidade escolar.
P3	Não. Porque a escola precisa da parceria da família no processo de ensino aprendizagem do aluno. A criança que não tem acompanhamento dos pais, apresenta mais dificuldades de aprendizagem.

P4	Não. Porque a escola deve caminhar junto com a família para que haja um bom desenvolvimento.
----	--

As professoras foram claras em afirmar que a escola não pode trabalhar sozinha o processo de ensino-aprendizagem. Afirmam que entre família e escola deve haver uma parceria para que haja sucesso no desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

Szymansk (2010) afirma que “é na consideração dos modos de tratamento interpessoal, de relação com o coletivo e com o ambiente, que se cria um campo de exercício da ética e se constrói a responsabilidade”. Assim, consideramos que é importante a existência de parcerias entre escola e família, o que contribui bastante com a aprendizagem das crianças.

A família deve conhecer melhor a escola que seus filhos frequentam e procurar a melhor maneira de ajudar no seu desenvolvimento, como também, a escola(professores) devem conhecer a realidade do aluno para que a parceria efetivamente aconteça. Para que possamos formar uma sociedade mais justa e humana, torna-se necessário que a família e a escola caminhem lado a lado.

No próximo quadro, mostraremos as providências adotadas pela escola para trazer de volta os pais que se ausentam do ambiente escola e não participam da aprendizagem de seus filhos.

QUADRO 6: A sua escola preocupa-se com os pais que se ausentam da responsabilidade de acompanhar a educação de seus filhos? Quais as providências adotadas?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Sim. Com visitas em casa, caso os pais não se apresentarem quando são convocados.
P2	Sim. Reuniões individuais.
P3	Sim. São convocados para reuniões de pais.
P4	Sim. Com visitas e reuniões.

As educadoras relatam que a escola preocupa-se com os pais que se ausentam da escola e não procuram acompanhar a educação de seus filhos. Afirmam que realizam visitas nas residências e procuram conversar com cada um individualmente, procurando saber os reais motivos da não participação na aprendizagem de seus filhos.

Acredita-se que a maioria dos pais que se ausentam pertencem a famílias desestruturadas, matriculam as crianças e esperam que a escola seja a única responsável pelo seu desenvolvimento. Assim, torna-se necessário que a escola faça um diagnóstico para conhecer a realidade da família na qual a criança está inserida. Quando os pais se ausentam e não participam do desenvolvimento escolar da criança, na maioria das vezes, essa ausência dá lugar a violência, baixo desempenho e sérios problemas no processo de aprendizagem.

A seguir, mostraremos quais os resultados de uma boa parceria entre a escola e a família, onde a escola oferece oportunidades para a participação da família.

QUADRO 7: Se sua escola oferece oportunidades para a participação da família. Quais são os resultados?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	A melhora no desenvolvimento cognitivo e na disciplina dos alunos.
P2	No momento em que a escola abre as portas para receber a ajuda dos pais todos os projetos são realizados com sucesso.
P3	Sim. A parceria é muito importante, os resultados são positivos, a família sente-se valorizada e contribui para que outros projetos se realizem.
P4	Quando os pais participam das reuniões e procuram a família escolar para o diálogo todos os projetos são realizados com sucesso.

As professoras afirmaram que a escola oferece oportunidades para a participação da família e que esta parceria apresenta resultados positivos. A professora P3 afirma que esta parceria é de suma importância e que a família sente-se mais valorizada e que todos os projetos são realizados com mais entusiasmo.

Quando se busca uma boa relação entre família e escola, estamos realizando um trabalho educativo tendo como principal foco a criança. A escola deve discutir junto com os pais os mais variados assuntos para que se possa realmente promover uma educação da criança por completo.

A professora P4 reconhece que quando a família procura a escola para o diálogo todos os projetos se realizam com sucesso. Reconheçamos que o diálogo torna-se importante entre todos os envolvidos no processo educacional e é necessário para que exista parceria entre as instituições que buscam os mesmos objetivos.

5.3 Percepção dos pais quanto a participação na vida escolar dos filhos

Ao realizar nossa pesquisa com os pais, percebemos que eles acreditam verdadeiramente na escola em que seus filhos estão matriculados. Ao todo foram entrevistados cinquenta e três pais das turmas do turno da tarde. Na sua grande maioria são trabalhadores(as) agrícolas e que trabalham durante toda a semana para o sustento da família.

A maioria dos pais que responderam ao nosso questionário afirmam que a escola lhes oferece oportunidade de participar da vida escolar da criança, a direção da escola realiza reuniões de pais e mestres e assim eles ficam sabendo como vão seus filhos e também são convidados para as festividades realizadas pela escola nas datas comemorativas.

Através das respostas dos pais, acredita-se que eles não têm conhecimento do que seja um Projeto Político Pedagógico e nem tão pouco conhecem o currículo escolar da escola onde seus filhos estão matriculados, percebe-se que são pessoas de pouca escolaridade e não conhecem as leis que regem os sistemas de ensino, não sabem de seus direitos de participação na comunidade escolar.

O objetivo de se ter um Projeto Político Pedagógico na escola é valorizar a educação como um instrumento de humanização e de interação social, proporcionando uma educação de qualidade através de um trabalho de parceria entre pais, alunos e profissionais da educação, num processo cooperativo de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se, como ser único, mas também coletivo.

Os pais precisam entender que não basta apenas participar das festas e eventos que são patrocinados pela escola. Eles precisam estarem participando efetivamente de todas as ações

realizadas por seus filhos, dando sugestões, sem opinando, contribuindo para dar sentido ao objetivo de ser ter um trabalho de parcerias entre a família e a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste Trabalho de Conclusão de Curso, sentimo-nos aliviados e orgulhosos de termos cumprido o nosso dever. Desde do início tínhamos a certeza de que não seria uma tarefa fácil, o curto espaço de tempo não colaborou para um maior aperfeiçoamento de nossas pesquisas.

Em todo o processo de construção deste trabalho monográfico, as leituras sobre Educação Infantil, Família, Escola e Aprendizagem foram fundamentais. Ao finalizarmos sentimo-nos felizes em saber que a presente pesquisa servirá como acervo bibliográfico para futuros estudos na área, onde estejam relacionados com a temática do nosso trabalho.

Sabe-se que família e escola precisam caminhar juntas, uma maior aproximação é fundamental para o melhor aproveitamento da aprendizagem. Estas instituições devem visar os mesmos objetivos, permitindo a criança o pleno desenvolvimento, ou seja, social, psicológico e intelectual.

Para que os pais cumpram devidamente seus deveres torna-se necessário que os mesmos conheçam e fundamentem suas ações por meio de leis e aliando-se a instituição escolar do filho, contribuindo e promovendo o fortalecimento da relação entre a escola e os pais, despertando e aprofundando ainda mais o interesse e o entusiasmo das crianças pelas atividades desenvolvidas na escola.

A partir dos resultados levantados constatou-se que na escola pesquisada a equipe docente vêm desenvolvendo atividades que buscam uma maior participação da família. Portanto, torna-se necessário que a família procure cada vez mais inserir-se no ambiente escolar, buscando informações, na tentativa de uma maior compreensão de como deve ser a parceria entre família e escola.

Constatamos que escola não possui Projeto político Pedagógico, que deve ser elaborado pautando a importância da participação da família no contexto escolar. A proposta Político Pedagógica é a tradução dos anseios de toda comunidade escolar. A participação de pais, alunos, professores e funcionários para sua construção é fundamental.

Em nosso estudo pudemos constatar também que a maioria dos pais de alunos não possuem escolaridade, outros possuem apenas o ensino fundamental incompleto, são pessoas que sobrevivem da agricultura e dos benefícios sociais do governo federal, portanto, não participam de uma forma mais ativa, apenas comparecem as reuniões de pais e mestres e as festividades comemorativas da escola. Estas participações dão-se de maneira presencial, as famílias não participam das discussões para a realização dos eventos.

Constatamos ainda, que a grande maioria de pais de alunos que não comparecem ao ambiente escolar pertencem a famílias desestruturadas, alegam que não têm tempo para irem a escola, aparecem no ato da matrícula e esperam que a escola seja responsável pelo pleno desenvolvimento da criança;

Observa-se que a troca de experiências entre família e escola favorece o desenvolvimento da criança, onde crianças que os pais participam têm um desenvolvimento melhor do que as demais e que para a efetivação de parcerias, a família deve conhecer a escola e a escola conhecer a realidade da família do aluno.

Esperamos que este trabalho possa ter continuidade, pois, o tema abordado gera muitas discussões, torna-se inesgotável. E que as escolas, principalmente as públicas vejam que a participação da família no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

E aos que realmente acreditam na parceria entre família e escola, que procurem seguir exemplos daquelas que com muito trabalho e força de vontade conseguiram trazer os pais à escola.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Editora Guanabara.1981.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069. Brasília, 1989.

_____. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI**. Brasília, 2010.

_____. **Lei Federal nº 4.042/61**. Brasília, 1961

_____. **Lei Federal nº 5.692/71 – Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1961

_____. **Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação – Lei 10172/2007**. Brasília, 2007.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI**. Brasília, 1998.

_____. **Tipos de Pesquisa, Métodos e Técnicas de Investigação em Educação**. Pesquisa Aplicada a Educação. In: BEZERRA, Leblam Tamar da Silva. BRENNAND, Edna Gusmão de Góes (Orgs.). **Trilhas do Aprendiz**. João Pessoa, v.5, UFPB, 2009, p.197-210.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação**. Ministério da Educação, secretaria da Educação Básica. Brasília, 1999.

_____. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Novo Código Civil Brasileiro**. Brasília, 2002.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

CARVALHO, M. E. P – **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero**. Cadernos de Pesquisa, n 110, p. 143-155, julho/ 2000.

COSTA, J. A. (2003). **Projectos educativos das escolas**: um contributo para a sua (des)construção. Educação e Sociedade, 24, 1319-1340.

FALCÃO, Djalma. **Desafio da família**: como formar líderes. In Revista da Escola de Pais nº28. Seccional de Salvador. **Desafios da família**. Salvador: Publigráf, 2007.p. 07

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3ª ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FONSECA, M. (2003). **Projeto político pedagógico e o Plano de Desenvolvimento da Escola**: duas concepções antagônicas de gestão escolar. **Cadernos do CEDES**, 23, 302-318.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2006.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

KRAMER, Sônia. **A Política do pré-escolar no Brasil**: A arte do disfarce. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Maria de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 7ª edição, 2010.

LEITE, S. A. S. & TASSONI, E. C. M. (2002). **A afetividade em sala de aula**: condições do ensino e a mediação do professor. Em R.G. Azzi & A. M. F. A. Sadalla (Orgs.), **Psicologia e formação docente**: desafios e conversas (pp.113-142). São Paulo: Casa do Psicólogo.

MARCHESI, ÁLVARO; Gil H. Carlos. **Fracasso Escolar**: uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

MARQUES, R. (2002). **O envolvimento das famílias no processo educativo**: resultados de um estudo em cinco países. Disponível em <[http://www.eses.pt/usr/Ramiro/ Texto.htm](http://www.eses.pt/usr/Ramiro/Texto.htm)>

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual qualitativa**. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

NÉRICI, Imídeo G. **Lar, escola e educação**. São Paulo: Atlas. 4º ed. 1977.

NOBRE, L. F. **Terapia familiar: uma visão sistêmica**. In. Py, L. A. et al. Grupo sobre grupo. Rio de Janeiro. Rocco, 1987.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação**. José Olympio ed. 15ª edição. Rio de Janeiro, 1972/2007

REIS, Risolene Pereira. In. **Mundo Jovem**, nº. 373. Fev. 2007, p.6.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo, SP, Editora Atlas, 2011.

ROCHA, Cláudia de Souza; MACEDO, Claudia Regina. **Relação Família & Escola**. Universidade Federal da Amazônia, Belém, 2002.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **Família e Escola: um estudo antropológico**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família**. IN: Carvalho, M. C.B.A. **Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

SZYMANSKI, H. **A relação escola/família: desafios e perspectivas**. Brasília, DF, Plano Editora, 2010.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.

TRANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli; REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues. **Visões dos professores sobre as famílias de seus alunos: um estudo na área de educação infantil**. Publicações, 1999.

VIEIRA, Ana C. O. **Reflexão sobre a participação da família na escola**, Universidade de Brasília/ Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), Brasília, 2012.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 8º ed. São Paulo: Global, 1994.

APENDICES

APENDICE A: Questionário Para Os Professores

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Como aluno do Curso de Graduação em Pedagogia da UFPB Virtual, orientando da Prof. Mestre Danielle Menezes de Oliveira, venho solicitar sua contribuição no sentido de responder este questionário com sinceridade, pois os dados coletados servirão exclusivamente para fins acadêmicos.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como o desenvolvimento escolar pode ser influenciado pelo ambiente familiar. Por motivos éticos, sua participação será sigilosa. Desde já agradecemos.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DO PROFESSOR (A)

01.Sexo:

- () Masculino.
- () Feminino.

02.Idade:

- () 18 a 25 anos.
- () 26 a 35 anos.
- () acima de trinta e cinco anos.

03.Formação:

- () Ensino Médio
- () Médio Normal
- () Superior. No caso de formação superior, qual(is) o(s) curso(s)? _____.

04.Você Possui:

- ()Especialização

- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Não Possuo Pós Graduação

05.Há quanto tempo exerce a atividade docente?

- ☐ Menos de 1 ano.
- ☐ de 1 a 5 anos.
- ☐ de 6 a 10 anos.
- ☐ há mais de 10 anos.

06.Em que turma e turno você leciona?

07.Possui experiências em sala de aula de Educação Infantil?

- ☐ Sim, em escola pública.
- ☐ Sim, em escola privada.
- ☐ Não.

08.Como você melhor se identifica?

- ☐ Na sala de aula de 1º ao 5º Ano.
- ☐ Na sala de aula de Educação Infantil.
- ☐ Fora da sala de aula em outras atividades pedagógicas.

09.Você é professor(a):

- ☐ por vocação.
- ☐ por falta de outras oportunidades.
- ☐ por status social e financeiro.

B – CARACTERIZANDO A CLIENTELA

10.As crianças que você trabalha são em sua maioria oriundas de:

- ☐ famílias de boas condições financeiras.
- ☐ famílias carentes.

11.Qual(is) a(s) principal(is) fonte(s) de renda das famílias?

C – RELAÇÃO COM O TEMA DA PESQUISA

12.Porque é importante na escola a participação da família?

☐ a escola não pode trabalhar sozinha

☐ tomar conhecimento da realidade educacional da criança

☐ melhora a aprendizagem da criança

☐ não tem importância

☐ _____

13.Você acredita que a atuação dos pais na educação escolar de seus filhos favorece a aprendizagem?

☐ sim ☐ não ☐ talvez

Por que?_____

14.Você tem pais de alunos atuantes no processo educacional de seus filhos?

☐ sim ☐ não

15.Os alunos que têm pais atuantes, percebe-se diferença no processo de aprendizagem em relação aos demais? Se sim, quais as diferenças?

16.Você procura convocar os pais de seus alunos para conversar sobre seus filhos? Quais os assuntos tratados?

17.Com que frequência você recebe pais na escola?

18.Você acha que a escola pode realizar sozinha o processo de ensino-aprendizagem? Porque?

19.A sua escola preocupa-se com os pais que se ausentam da responsabilidade de acompanhar a educação de seus filhos? Quais as providências adotadas?

20.Se sua escola oferece oportunidades para participação da família? Quais são os resultados desta parceria?

21. Quem, na grande maioria, ajuda seus alunos na realização das tarefas de casa?

Obrigado pela sua participação

APENDICE B: Questionário Para Os Pais De Alunos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Como aluno do Curso de Graduação em Pedagogia da UFPB Virtual, orientando da Prof.^a Danielle Meneses de Oliveira, venho solicitar sua contribuição no sentido de responder este questionário com sinceridade, pois os dados coletados servirão exclusivamente para fins acadêmicos.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como o desenvolvimento escolar pode ser influenciado pelo ambiente familiar. Por motivos éticos, sua participação será sigilosa. Desde já agradecemos.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DO ENTREVISTADO(A):

01.Sexo:

- ☐ Masculino.
- ☐ Feminino.

02.Idade:

- ☐ 18 a 25 anos.
- ☐ 26 a 35 anos.
- ☐ acima de trinta e cinco anos.

03.Formação:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Ensino Primário
- ☐ Ensino Fundamental _____
- ☐ Ensino médio _____
- ☐ Superior

B – CARACTERIZANDO A PESQUISA:

04. Você sempre procura a escola de seus filhos para conversar com os professores?

() sim () não

05. Todos os dias você procura saber sobre as tarefas do seu filho?

() sim () não

06. Você já foi convidado para comparecer à escola que seu filho estuda?

() sim () não

07. Você regularmente participa das atividades realizados pela escola?

() sim () não

08. Você considera importante os pais sempre estarem colaborando com a escola?

() sim () não

Por que? _____

09. A escola oferece oportunidades para que a família e a comunidade participem de todas as suas ações? Se sim, de que forma?

Obrigado pela sua participação

APENDICE C – Termo De Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome da Pesquisa: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS: Uma Análise na Escola Municipal Professora Maria Cabral de Melo no município de Mari-PB.

Pesquisadores responsáveis: DANIELLE MENESES DE OLIVEIRA E RONALDO GONÇALO DA SILVA

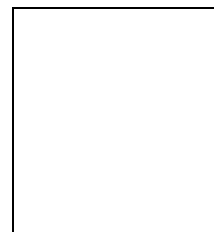
Informações sobre a pesquisa: O nosso estudo tem como objetivo analisar como o desenvolvimento escolar pode ser influenciado pelo ambiente familiar. Objetivando encontrar uma forma de trazer a família para uma maior participação no processo de ensino-aprendizagem. Nosso percurso metodológico foi desenvolvido através de uma abordagem qualitativa com a aplicação de questionários aos professores e pais de aluno das turmas do turno da tarde na EMEIEF “Professora Maria Cabral de Melo” no município de Mari-PB.

Eu _____, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados, concordo em participar da pesquisa, tendo:

- 1 - A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas da entrevista antes e durante o transcurso da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.
- 2 - A segurança plena de que não serei identificada mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurada que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.
- 3 - A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como, esta pesquisa não causará nenhum tipo de risco, dano físico ou mesmo constrangimento moral e ético ao entrevistado.
- 4 - A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita.
- 5 - A garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda do pesquisador, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Diante do exposto, solicitamos o consentimento de sua participação voluntária no referido estudo, por meio da assinatura abaixo.

Mari - PB, ____de ____de 2013.



Assinatura do participante

Espaço para impressão dactiloscópica

Contato com o pesquisador responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora **DANIELLE MENEZES DE OLIVEIRA** através do Endereço:

_____.

E-mail: _____

Telefone celular: _____

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO D: Termo De Autorização Institucional

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
Curso de Graduação em Pedagogia – Modalidade Educação Infantil

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Mari-Pb, ____ de _____ de 2013.

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Eu, **Ronaldo Gonçalo da Silva**, responsável principal pelo projeto de graduação, venho pelo presente, solicitar vossa autorização para realizar o projeto de pesquisa na **Escola Municipal de Educação Infantil Professora Maria Cabral de Melo**, para o trabalho de pesquisa sob o título **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS: Uma Análise na Escola Municipal Professora Maria Cabral de Melo no município de Mari-PB**, orientado pela Professor (a) Danielle Menezes de Oliveira. O nosso estudo tem como objetivo analisar como o desenvolvimento escolar pode ser influenciado pelo ambiente familiar. Objetivando encontrar uma forma de trazer a família para uma maior participação no processo de ensino-aprendizagem. Nosso percurso metodológico foi desenvolvido através de uma abordagem qualitativa com a aplicação de questionários aos professores e pais de aluno das turmas do turno da tarde na EMEIEF “Professora Maria Cabral de Melo” no município de Mari-PB.

. A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. O pesquisador está apto a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal-estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço, imagem e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicadas. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, o pesquisador se compromete em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, _____ responsável pela instituição **Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria Cabral de Melo** declaro que, fui informada dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Pesquisador

Responsável pela Instituição

Documento em duas vias:

1ª via instituição

2ª via pesquisador

Observação: informamos que no curso de graduação o responsável pela pesquisa é o professor/orientador.